

CONCESSÃO SUMÁRIA DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ÀS MULHERES A PARTIR DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA APRESENTADA À AUTORIDADE POLICIAL OU A PARTIR DE ALEGAÇÕES ESCRITAS COM BASE NA LEI MARIA DA PENHA (LMP)

Graduação: Direito
Área temática: Direito
Resultados: Parcial
Forma de apresentação: Oral Presencial

Neimar Luiz Parreira Júnior¹ – Caroline Pomjé²

RESUMO

A presente pesquisa objetiva abordar as alterações sofridas na Lei Maria da Penha por meio da Lei n.º 14.550/2023. Para tanto, pretende-se investigar qual foi a base argumentativa empregada pelos autores de Projeto de Lei que culminou com a promulgação da Lei n.º 14.550/2023, alterando a lei 11.340/2006. A pesquisa se justifica na medida em que a Lei Maria da Penha representa um mecanismo importante para a proteção ágil das vítimas de violência doméstica. Desde lá, a norma passou por inúmeras discussões doutrinárias e jurisprudenciais, bem como por ações institucionais e políticas, garantindo a efetividade do atendimento às vítimas, de modo que o combate à violência doméstica tem se tornado prioridade no âmbito de políticas públicas. É essencial que o sistema de justiça continue a aprimorar e fortalecer essa concessão rápida, garantindo que todas as mulheres tenham acesso rápido e efetivo à proteção necessária. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, livre da violência de gênero. O objeto da pesquisa é sistematizar a fundamentação das modificações legislativas operadas na Lei Maria da Penha (Lei n.º 14.550). Para isso, a pesquisa irá se desenvolver através da análise de informações obtidas por meio de consulta a fontes primárias que consistirão em documentos do Congresso Nacional, incluindo a redação original do Projeto de Lei e os documentos submetidos à discussão. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para um maior entendimento e esclarecimento sobre o assunto em estudo, bem como para o enriquecimento do campo acadêmico.

Palavras-chave: Segurança Pública. Lei Maria da Penha. Violência Contra Mulher. Medidas Protetivas de Urgência. Alteração Legislativa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha - 11.340/2006. JusPodivm, 2023.

BIANCHINI, Alice. BAZZO, Mariana. CHAKIAN, Silvia. Crimes contra mulheres. São Paulo, JusPodivm, 2023.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça, São Paulo, Juspodivm, 2022.

¹ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. neimarlpjr@sou.faccat.br

² Professor Orientador das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. carolinepomje@faccat.br